

Atitude de prudência na abertura ao capital estrangeiro

11 SET 1985

DÍVIDA EXTERNA

Carlos Honório Ribeiro
Ottoni (*)



A crise do endividamento externo, o problema do déficit público e as altas taxas de inflação são os temas dominantes no atual cenário econômico nacional. Na busca de soluções para esses problemas, muitas alternativas têm sido apresentadas. O trecho a seguir, transscrito de matéria publicada por este jornal no último dia 10, sob o título "Abertura ao Capital Estrangeiro", representa mais uma das "idéias" que vêm sendo propaladas nos meios técnicos e políticos:

"A dívida externa brasileira é privada. Essa idéia original começa a circular em torno dos assessores mais próximos do presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, sem que o presidente da República se tenha comprometido com ela nem com seus desdobramentos.

"Argumentos jurídicos e políticos sustentam a tese. As empresas estatais brasileiras são obrigadas, por lei, a operar como empresas privadas. Nelas, o Estado pode ser eventualmente o acionista majoritário, mas essa é uma circunstância que pode ser alterada por uma combinação de vontade política e capacidade do mercado privado. No momento, não há uma nem outra. O que importa, porém, é a base jurídica da afirmação.

"Nesse contexto, a única participação do governo brasileiro na questão da dívida externa seria a da centralização do câmbio. De um ponto de vista técnico, jurídico, bastaria o governo abrir mão da centralização do câmbio, para co-

direta, via empresas estatais. A desvinculação só seria possível mediante a privatização das estatais. Para tanto, como se disse, deveria haver uma vontade política e capacidade de absorção pelo mercado.

Mesmo que houvesse tais condições, essa alternativa afigura-se extremamente simplista — para quem está há tempos tentando equacionar o problema do endividamento externo —, mas com consequências graves e facilmente previsíveis: numa só cajada, o capital estrangeiro arrebataria o segmento estatal mais interessante e, de quebra, enfraqueceria a reserva de mercado na área de informática, além de obter maior penetração no sistema financeiro — tudo isso em pouco tempo.

Tratando apenas da questão da privatização das estatais, grandes devedoras ao exterior, sua internacionalização seria a resultante lógica, a julgar pelos seguintes fatores:

a) em primeiro lugar, a adoção das medidas em pauta, em hipótese algu-

ma, asseguraria um fluxo suficiente de divisas, que aliviasse as pressões sobre nosso balanço de pagamentos, causadas pelos encargos da dívida, já sob responsabilidade do setor privado;

b) bastaria, então, um simples endurecimento por parte dos credores, que já nos pressionam bastante no atual processo de renegociação, para que as empresas se tornassem inadimplentes, o que provocaria acordos de conversão de créditos em capital de risco/aquisição de controles acionários, na maioria dos casos.

Não me parece lícito que, após esforços ingentes de criação de uma infraestrutura econômica para o País — setores siderúrgico, energético, petroquímico, de telecomunicações, etc. —, via endividamento externo, entreguemos a grupos estrangeiros projetos já implementados, todos eles à custa de sacrifícios que se refletiram diretamente sobre a própria condição de vida de nosso povo. Não cabe a me-

nor dúvida de que o gigantismo estatal deva ser contido, privatizando-se algumas das empresas ora sob seu controle. Mas partir dessa constatação e generalizar a ideia parece-me um despropósito, do ponto de vista dos interesses nacionais.

Não estou aqui, em hipótese alguma, advogando a aversão ao capital estrangeiro, que deve ter o seu lugar assegurado no processo de expansão da economia brasileira. A questão maior, a meu ver, seria a definição de parâmetros mais específicos, em termos de níveis de incentivos a serem concedidos aos recursos externos que fossem aplicados em setores e regiões de maior interesse para o País (por que não conceder a isenção inicial, bem como a taxação gradativa dos lucros auferidos em tais circunstâncias, numa perspectiva de longo prazo?). Poderíamos, por exemplo, atrair recursos para o Nordeste, uma região que sempre pesou no nosso subdesenvolvimento e que levará algumas déca-

das para se desenvolver, se trabalharmos apenas com recursos próprios. Incentivando a agroindústria, mediante a injeção de recursos externos, em poucos anos estariamos incorporando milhões de hectares à área agricultável do Brasil, que poderia tornar-se um dos celeiros do mundo no ano 2000, quando teremos 6 bilhões de bocas para alimentar.

Diversas alternativas foram apresentadas para se renegociar nossa dívida externa, dentre elas a capitalização dos juros em novos empréstimos. Mais interessante, porém, seriam o pagamento de parte dos juros (segundo o desempenho de nossas exportações ou limites baseados nas taxas de inflação dos países-sede das moedas objeto dos compromissos, acrescidas dos spreads) e a conversão do seu complemento (isento de impostos), em relação às taxas de mercado, num fundo de investimento gerenciado por representantes nacionais e dos credores, a ser canalizado para os setores e regiões que se enqua-

drassem nas condições anteriormente mencionadas. Esta, sim, seria uma solução positiva: reduziria nosso estrangulamento no front externo, amenizaria as pressões orçamentárias do governo e geraria empregos e excedentes exportáveis. O incentivo até poderia ser estendido às conversões de parte do principal da dívida.

O Brasil, até agora, tem assumido uma posição de plena predisposição para honrar seus compromissos externos, desdobrando-se de todas as formas possíveis para fazê-lo. Seria o momento de termos pulso forte e exigirmos maior reconhecimento de nossos esforços pelos credores, mediante um acordo que não mais imponha a recessão e o sacrifício ao nosso povo. Mesmo porque, parafraseando o presidente José Sarney, o Brasil não representa um risco econômico nem financeiro, mas poderá representar um risco político.

(*) Economista de instituição financeira estatal.

locar a renegociação da dívida externa em termos inteiramente novos."

Ainda segundo tais assessores, a abertura de dois setores estratégicos ao capital estrangeiro — sistema financeiro e informática — possibilitaria uma negociação política da dívida externa.

Em primeiro lugar, queremos observar ser extremamente difícil ao governo não se envolver na renegociação de nossa dívida, uma vez que, aproximadamente, 65% do seu valor seria de sua responsabilidade